

Transformar de forma consciente: trabalho feminino com a agroecologia

Resultado de investigação finalizada

GT05- Desenvolvimento rural, globalização e crise

Laiany Rose Souza Santos

Mestre em Geografia – Universidade Federal de Sergipe

Pesquisadora do Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos –LABERUR

Pesquisadora do Núcleo de Projetos, Pesquisas e Estudo em Reforma Agrária – NERA

Movimento de Mulheres Camponesas – MMC

Resumo

Compreende-se nesse estudo o trabalho como mediador da transformação do ser humano em ser social. As relações de trabalho podem levar a alienação ou a construção de uma consciência crítica. Na sociedade capitalista utiliza-se do discurso da exclusão do trabalho feminino para explorá-lo mais, uma vez que seu trabalho desvalorizado gera mais lucro. As mulheres camponesas sofrem dupla opressão, por causa da opressão de gênero e por exercer uma relação de trabalho não-capitalista, portanto a necessidade da organização a fim de criar alternativas. Dessa forma, analisam-se as camponesas do assentamento de reforma agrária e sua organização com a agroecologia, no sentido de questionar se o trabalho realizado pelas camponesas mediante a construção de uma consciência crítica será possibilidade de emancipação.

Palavras-chave: Trabalho feminino, agroecologia, consciência.

1. Introdução

O desenvolvimento pregado à nossa sociedade está imbricado a uma lógica social destrutiva com uma imagem de irreversível. Essa lógica perversa tem alienado a sociedade e o trabalho na busca do desenvolvimento independente de como ele ocorra. Com o agrohídronegócio¹ sendo o investimento do momento, a soberania alimentar, a preservação dos povos tradicionais, das culturas, da diversidade tem sido colocada em segundo plano promovendo a expulsão dos camponeses de suas terras, dizimando tribos indígenas e quilombolas, perdendo a diversidade alimentar para o uso de transgênicos, e degradando o ambiente e nossa saúde com os usos, ainda por cima exacerbados, de agrotóxicos e fertilizantes químicos.

A gestão do alimento no sistema capitalista ocorre através da especulação, por meio do mercado de *commodities*. Para tal a concentração da terra se intensifica, a exploração desta e da força de trabalho e o controle da produção por meio do mercado externo que à medida que investe no desenvolvimento das forças produtivas controla a produção, circulação, distribuição e consumo. Tende-se a concentrar maiores áreas para produção, ampliando o problema da questão agrária da concentração de terras, do controle da produção camponesa através, por exemplo, dos insumos, agrotóxicos, créditos etc. Controlados por poucos grupos, embora esses tenham grandes proporções de fluxos.

Outro fator relevante é que no campo a condição de subalternidade da mulher atrelada à condição social a torna extensão do marido. A organização das mulheres desestrutura os pilares

¹ Utiliza-se nesse estudo o conceito de agrohídronegócio, que expressa o interesse capitalista de controlar as melhores terras e o acesso à água. A monopolização da terra pelo agronegócio superpõe-se ao controle do acesso aos recursos hídricos disponíveis e a serem explorados nos aquíferos (THOMAZ JR, 2012).

capitalistas do patriarcado e do latifúndio, pois é nesse processo que há o despertar da consciência crítica de sua realidade e que não está sozinha, passando a questionar e buscar meios de se reconhecer e ser reconhecida como mulher e trabalhadora no processo de formação de consciência de classe.

O trabalho das camponesas com a agroecologia impulsiona transformações indivíduo/coletivas e leva a questionar a realidade tanto do modelo de produção como das relações sociais, assim há transformação indivíduo/coletiva que se expressa no território, visto que através da organização, vão se percebendo, criando consciência da realidade e dos emaranhados que a ideologia faz para distorcê-la a fim de submeter à força de trabalho, a mulher e a natureza a opressão para exploração.

Faz-se necessário compreender o agrohidronegócio da cana de açúcar presente no território onde as mulheres estão atuando e como as práticas agroecológicas tiveram/tem papel importante a fim de modificar a relação social e política, inserindo-as em feiras, em reuniões, apontando pautas específicas de sua realidade. Assim como a transformação no território de forma consciente, visto que ao compreenderem sua realidade há luta pela transformação.

À medida que ocorre a organização feminina, vão se dando conta de que estão no movimento, mas não nas esferas de decisão dos rumos do movimento que esta acentuada no setor de produção. A participação na produção agroecológica significa então, participar também dos debates nas esferas de decisões, do que produzir, como e quando. Onde vender, pra quem, por quanto e o quais as necessidades da produção e da família que precisam ser realizadas.

Pretende-se apresentar por meio da experiência do grupo de mulheres camponesas, localizado no Projeto de Assentamento 13 de Maio no município de Japarutuba – Sergipe, como a organização tem sido importante no processo de consciência da realidade e capaz de impulsionar a transformação do território, visto que a organização dessas mulheres é um elemento importante na decisão da produção do assentamento, da transição para agroecologia e o impedimento da produção de cana de açúcar no assentamento para ser entregue aos usineiros.

2. Divisão sexual do trabalho

Compreende-se por trabalho a forma de realização do ser humano enquanto ser social. Segundo Marx e Engels (2002; p. 10), os seres humanos “começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência”.

Essa distinção não os separa dos outros animais e nem da natureza, mas os diferenciam pela capacidade que vai sendo construída de realizar trabalho, instrumentos de trabalho, e do próprio corpo ir se transformando, por exemplo, o uso das mãos. E “ao transformar a natureza, os homens também se transformam, pois adquirem sempre novos conhecimentos e habilidades” (ROCHA, 2010, p.18).

A formação do indivíduo se dá quando percebe o seu ser e esse se constrói na figura do outro “a tal ponto com essa imagem que só se forma alienando-se” (BEAUVOIR, 2008, p.15), portanto o ser mulher e o ser homem são construções sociais, que criam papéis para a mulher e para o homem, que embora diferenciados, se torna um elemento de opressão para a mulher na sociedade de classes.

A partir da divisão do trabalho se expressa à relação de poder. “A possibilidade do poder, e não poder se constrói sobre a apropriação do trabalho” (RAFFESTIN, 1993, p. 58), o poder é expresso por meio da dominação. A condição de afastamento dos seres humanos dos animais foi à capacidade de planejar as ações, sendo assim, à apropriação do trabalho se dá mediante a divisão do trabalho enquanto quem pensa (a cabeça) e quem executa (o corpo).

A dicotomização das necessidades coloca o trabalho separado do prazer. Separando também o trabalho intelectual do trabalho manual, e essa distinção “não é nada mais que a expressão mais visível, mais corrente. A distinção da unidade trabalho se realizou pela *alienação*” (RAFFESTIN, 1993, p. 57).

Essa dicotomia dentro da lógica opressora do capital separa também o trabalho das tarefas do lar, colocando como trabalho produtivo e improdutivo, relacionando as atividades domésticas como improdutivas, já que não geram lucro e são destinadas pelo capitalismo as mulheres, que ainda assim, tem por obrigação exercer algum outro tipo de atividade considerada então, trabalho.

O trabalho doméstico é invisibilizado, e isso acontece de maneira sutil, pois “cuando conseguimos percibir las desigualdades es mucho más fácil cambiarlas o al menos rebelarse contra ellas” (SOUSA, 2010, p.14), e não é essa a intenção do sistema do capital, a intenção é a desvalorização do trabalho doméstico para manutenção do patriarcado, que sustenta também o latifúndio. Há uma subversão da lógica do trabalho na sociedade capitalista moldada pela propriedade privada, e pela necessidade de acumulação de mais-valia. Esta subversão torna o trabalho estranhado ao ser humano, ao passo que aliena a sua própria essência.

Como discuti Castañeda et al.:

Primero en que el trabajo es externo al trabajador, es decir no pertenece a su ser; en que en su trabajo, el trabajador no se afirma sino que se niega; no se siente feliz, sino desgraciado; no desarrolla una libre energía física y espiritual, sino que mortifica su cuerpo y arruina su espíritu. Por eso el trabajador sólo se siente en sí fuera del trabajo en el trabajo fuera de sí. Está en lo suyo cuando no trabaja y cuando trabaja no está en lo suyo. Su trabajo no es, así, voluntario, sino forzado, trabajo forzado. Por eso no es la satisfacción de una necesidad, sino solamente un medio para satisfacer las más apremiantes necesidades fuera del trabajo (2009, p.20).

O trabalho então se transforma não na condição de realização da vida, mas na capacidade do trabalhador de produzir artigos que independem da sua necessidade para se tornar um produtor, na relação de produção e consumo criada pelo capital, nesse sentido há o controle do indivíduo por meio do trabalho. “El control de la sociedad sobre los individuos no se efectúa solamente a través de la consciencia o de la ideología, sino también en el cuerpo y con el cuerpo, y con la manipulación de la vida” (CASTAÑEDA et al, 2009, p.33).

Mesmo com a elasticidade da ideologia capitalista para perpetuar-se, o sexo opera como fator de discriminação. Quanto ao gênero elas são construídas num plano imaterial das relações, privando a mulher da participação na esfera produtiva, pública e privada. Para Rocha (2010, p.21), “a história de submissão da mulher começa quando ela é afastada da produção social.”

O termo “divisão sexual do trabalho” surgiu na França, no início dos anos 1970, sob o impulso do movimento feminista. Primeiro na Etnologia (Mathieu,1991; Tabet, 1998), depois na Sociologia e na História². O surgimento do conceito de divisão sexual do trabalho ia além de somar trabalho profissional e doméstico. Segundo Hirata e Kergoat,

Foi com a tomada de consciência de uma “opressão” específica que teve início o movimento das mulheres: torna-se então coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.597).

² Informações retiradas do texto: Novas configurações da divisão sexual do trabalho. HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

A divisão sexual do trabalho pode ser baseada em dois princípios: o da separação e o hierárquico. No da separação existe trabalho de homem e trabalho de mulher e no hierárquico o trabalho do homem “vale” mais que o trabalho da mulher. Dessa forma “rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie” (HIRATA E KERGOAT, 2007, p.599).

Portanto, é relevante compreender a construção do conceito e suas diversas abordagens para mais adiante, frente à realidade das mulheres camponesas do PA 13 de Maio haver a possibilidade de uma leitura crítica da realidade, das diversas formas de trabalho (material e imaterial) existentes no território.

3. Trabalho feminino e sua expressão territorial: agrohidronegócio versus produção agroecológica

A mulher sempre buscou meios formais ou informais de se inserir na sociedade, pois ela sempre fez parte do sistema produtivo e reprodutivo, e sua organização se deu de diversas formas a conjuntura política de cada país e sua época. Nos últimos 20 anos, a partir da 3ª Onda do feminismo na América Latina, marcados pela necessidade de discutir as especificidades relacionadas à mulher, como as questões raciais, étnicas, religiosas e culturais, a mulher camponesa também se insere no debate apresentando as especificidades relacionadas ao seu cotidiano.

As mulheres têm atuado nas lutas por territórios e pela natureza, contra a violência que é marcada em diversos âmbitos de suas vidas, contra o feminicídio e exigindo justiça, fruto da atuação no Brasil é a Lei 11.340 conhecida como Lei Maria da Penha em vigor desde o dia 22 de setembro de 2006, quando se apresenta consolidada uma ação que puni a violência contra a mulher.

No Brasil desde a década de 90 com a organização das ligas camponesas muitas mulheres desempenharam papéis importantes como lutadoras contra o latifúndio, por dignidade de vida que é vista por elas no símbolo da casa³, apesar do sistema capitalista desvirtuar a participação delas na história, na política, na produção de forma a invisibilizá-las.

Segundo Demarais (2007, p. 257), “las mujeres del campo juegan un papel crucial en las pociones agrícolas y en mantener la estructura económica y social de las comunidades rurales”. Principalmente porque é socialmente construída e dada a ela a responsabilidade com a família. As mulheres camponesas se organizam para pautar a necessidade da produção de alimentos saudáveis, pois ainda que o homem tenha o papel de supridor do lar, recai sobre as mulheres a responsabilidade com a alimentação.

O campo é um, mas não é homogêneo. Há diversos modelos produtivos que são conflitivos, como por exemplo, o modelo produtivo do agrohidronegócio, que expressa o interesse capitalista de controlar as melhores terras e o acesso à água (THOMAZ JR, 2012), e o modelo agroecológico realizado pelas camponesas, direcionada a produção de alimentos, realizada em sistemas de policultura e que obedece a um tempo de preparo e cultivo até a colheita mais longo que o sistema convencional⁴.

No contexto sergipano, principalmente no território leste⁵ onde há o monocultivo⁶ da cana de

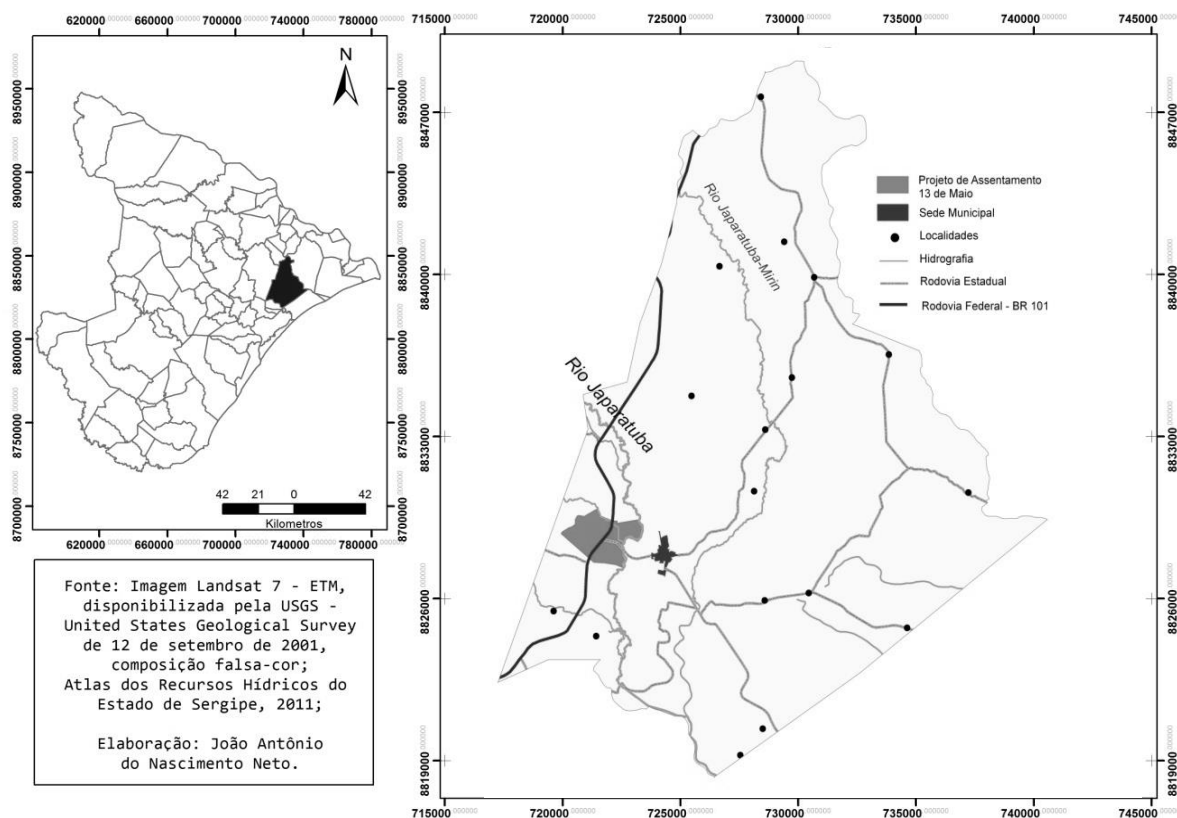
³ A simbologia da dignidade como a casa foi vista por meio do Projeto de Pesquisa e Extensão – PIBIX, “Lugar de mulher é na cozinha? Uma análise sobre a divisão sexual do trabalho nos acampamentos rurais” realizado de 2009-2010.

⁴ Há uma diferença entre o convencional do tradicional, pois agricultura convencional vem da convenção da inseminação de técnicas e modelos apresentados como ideais a serem seguidos, enquanto a agricultura tradicional remete à cultura, portanto ao resgate as formas de trabalho camponesas.

⁵ O território leste que destacamos é a partir da divisão territorial realizada pela Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG.

açúcar, nota-se o Projeto de Assentamento 13 de Maio, localizado no município de Japaratuba, como mostra a figura 1, representando resistência ao desenvolvimento destrutivo capitalista, que busca avassalar os territórios segundo seus interesses. Neste assentamento de reforma agrária há a construção de resistência e possibilidade de transformação a partir da organização impulsionada pelas mulheres.

Figura 1
Projeto de Assentamento 13 de Maio, Japaratuba, 2011.



Nota-se que o Projeto de Assentamento 13 de Maio fica próximo a sede municipal e por ele passa a rodovia federal BR 101, importante para a circulação da produção capitalista de cana de açúcar, por tanto essa área é cobiçada pelos usineiros da região. Analisando os dados da produção vegetal do município de Japaratuba faz-se compreensível a exorbitante diferença entre a produção alimentar de feijão, mandioca e milho em relação à produção de cana de açúcar. Em 2000, enquanto a produção de cana no município era de 245.000 toneladas, a produção alimentar de feijão, mandioca e milho somadas chegaram a 2.884 toneladas.

⁶ Utiliza-se nesta pesquisa o conceito de monocultivo ao invés de monocultura, porque cultura expressa diversidade o que não condiz com a produção do agrohidronegócio. Essa construção conceitual foi aderida a partir de debates no Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos – LABERUR/UFS, e como parte dos debates realizados durante o intercâmbio de mestrado na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente.

Tabela 1- Produção agrícola municipal de Japaratuba (2000 - 2011)

Ano	Produção Vegetal (toneladas)			
	Cana de açúcar	Feijão em grão	Mandioca	Milho em grão
2011	432.055	193	7.560	135
2010	350.592	209	7.200	575
2005	306.000	180	4.800	40
2000	245.000	13	2.697	174

FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Organização: Laiany Rose Souza Santos, 2012.

Segundo dados do DATALUTA (2013), o PA 13 de Maio foi criado mediante desapropriação. A obtenção da terra foi em 18 de julho de 2003, mas somente em 31 de março de 2004 foi instituído como assentamento de reforma agrária. Relacionando essa informação com os dados da tabela 1, percebe-se que em 2005, ano posterior a instituição do assentamento a produção alimentar aumenta consideravelmente, passando a 5.020 toneladas, potencializando um aumento de quase 43% em apenas um ano.

O PA 13 de Maio tem 482,3379 hectares e foi demarcado para 41 famílias, entretanto nele residem 40 famílias⁷, um dos lotes demarcado para uma família não foi ocupado inicialmente, portanto passou a ser utilizado pelo grupo de mulheres para sua produção, deliberado sua utilização em assembleia e oficializada pelo INCRA com a posse durante um período de 20 anos, depois será necessária novamente que a assembleia decida sobre a necessidade da casa e se continua sob o uso do grupo de mulheres.

O grupo do PA 13 de Maio, denominado “Lutar para Vencer”, inicialmente era formado por 15 mulheres, todas com companheiros, com faixa etária de 35 a 50 anos, oriundas em sua maioria da área rural, já tinham ficado algum tempo na ocupação do próprio assentamento ou tiveram experiências em outras ocupações de terras. Viram na possibilidade do coletivo momento de organização feminina, apesar de ser mais uma jornada de trabalho e que nem todos os companheiros aceitem.

O grupo “Lutar para Vencer”, precisou recuperar o solo desgastado com o intuito de prover o abastecimento alimentar da família camponesa, pois no passado nesse solo houve produção intensiva de cana de açúcar. Para o preparo do solo exige tempo e dedicação, que foram empenhados pelas mulheres por meio do trabalho coletivo apresentando a capacidade de autonomia e produção. Para que desse solo transformado por elas brotasse a segurança e soberania alimentar da família camponesa

A produção camponesa tem a perspectiva da subsistência, de suprir as necessidades da população, servindo ao mercado interno. Seus produtos são cotados com valores inferiores, enquanto a produção do agronegócio é voltada principalmente para exportação e seus produtos são cotados nas

⁷ Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Diretoria de Obtenção de terras e implantação de projetos de assentamentos – DT, Coordenação geral de implantação – SIPRA, Relatório_0227, Data 19/10/2010.

bolsas de valores e mercados futuros, provocando mudança da produção de alimentos que abasteçam principalmente os mercados locais. Como assinalam Burbach; Flynn,

A raiz da crise, porém, está não naquilo que é produzido, mas antes em como é produzido, pois o desenvolvimento capitalista significa mais do que a mudança tecnológica. Significa também a criação de um novo sistema de relações sociais e exploração do trabalho que transforma profundamente os meios de vida das pessoas (1982, p. 89).

Assim, compreende-se que o trabalho feminino com a agroecologia é a expressão de novas relações no território do assentamento, sendo essa organização e atuação um embate ao modelo das forças hegemônicas capitalistas do agrohidronegócio.

A agroecologia não é um conjunto de técnicas, mas uma elaboração técnica e política, portanto a apropriação dela pelas camponesas é uma possibilidade de construção de autonomia, que reflete também como afronta ao patriarcado e ao latifúndio produtor das desigualdades sociais. Para Caporal e Costabeber;

A Agroecologia nos traz a ideia e a expectativa de uma nova agricultura, capaz de fazer bem aos homens e ao meio ambiente como um todo, afastando-nos da orientação dominante de uma agricultura intensiva em capital, energia e recursos naturais não renováveis, agressiva ao meio ambiente, excludente do ponto de vista social e causadora de dependência econômica (2002, p.1).

A produção agroecológica realizada pelas mulheres do Projeto de Assentamento 13 de Maio pode ser compreendida como apropriação do território, uma vez que elas pensam suas ações e formulam o desenvolvimento real da comunidade a partir das suas necessidades, sendo o território marcado por relações de poder, essas se expressão também contra o ritmo do agrohidronegócio que desrespeita a natureza, utilizando agrotóxicos nas plantações para acelerar os processos naturais e aumentar o lucro.

As camponesas que fazem parte do grupo se posicionam como contrárias ao cultivo de cana em seus lotes e no lote comum de trabalho, contudo outros assentamentos no próprio município de Japaratuba cederam parte dos seus lotes para plantação de cana, voltando à dependência do salário pago pelo usineiro e também assumindo todos os problemas que ocorrerem na plantação, o que se torna mais vantagem para o usineiro que consegue extrair a renda da terra, mesmo da terra onde foi feita a reforma agrária.

É relevante destacar que com o posicionamento contrário a produção de cana dentro do assentamento afirmado pelas camponesas, ela se inserem em um debate político e diretamente na esfera denominada pelo capital como produtiva. Assim, o trabalho já não é externo a elas, mas entendendo a necessidade e no trabalho a possibilidade de transformação da vida elas o experimentam no patamar de satisfação, como disse uma das camponesas:

Então a gente, dentro desse grupo, dessas coisas que a gente vende, é com que nós botamos nossa feirinha dentro de casa toda semana, né? (...) Eu acho que é um modo também de trazer saúde, né? A gente trabalha pra trazer a saúde pra gente e pra todos. Porque é outro modo de criar as crianças né? Porque antigamente a gente usava muito remédio e tanta droga, né? E a gente agora trabalha com produto que a gente mesmo faz, trabalha com ele, sabe o que é

que a gente tá usando. É saúde pra nós todos e também para outras famílias (M.J., dezembro de 2012).

As ações dessas mulheres tem caráter de afirmação e apropriação do território do assentamento, mostrando a capacidade camponesa de, apesar de estar dentro do sistema capitalista, construir um modelo de produção diferente. É por meio do trabalho do grupo de mulheres que impulsionam a transformação no território, não aceitando a dominação dos usineiros do território leste sergipano, portanto,

Quando o capitalista expressa sua outra face de poder de classe, ao submeter o camponês e sua família à condição de trabalhador assalariado (diarista não residente), de proletário, no corte da cana-de-açúcar, também *colhe* a resistência camponesa, que expressa o sentimento de liberdade do camponês (de ser livre) e de retomar sua autonomia sobre os destinos da terra de trabalho (THOMAZ JR,s/d, p39).

Portanto, o assentamento representa a terra de trabalho, o território camponês de resistência e luta que cria e recriam alternativas frente a imposições do modelo capitalista, sendo a agroecologia uma dessas formas. Embora as mulheres do PA 13 de Maio já trabalhassem sem o uso de agrotóxicos, foi à organização do grupo de mulheres a peça propulsora para o engajamento nas esferas políticas, proporcionando uma relação equitativa com a terra e economicamente viável.

A cesta básica brasileira suprida pelos pequenos produtores e camponeses recebem investimento numa escala de proporção muito pequena se comparado ao agrohidronegócio. Para a safra 2012-2013 foram destinados R\$ 115,25 bilhões para o crédito rural que atende a demanda do agrohidronegócio, de contrapartida na safra do mesmo ano foram direcionando ao crédito familiar, 18,3 bilhões, para a demanda camponesa, registrados como o maior de toda a história, ou seja, pouco mais de 15% dos recursos destinados ao agrohidronegócio.

As mulheres do grupo de agroecologia têm na sua plantação garantia de não dependência de insumos e sementes monopolizadas pelas grandes corporações, e autonomia para plantar devido as suas necessidades alimentares, e análise das necessidades da família que mede também o esforço que será empregado na realização do trabalho. A Figura 1 apresenta o lote das mulheres e a produção realizada em consórcio para que um cultivo proporcione melhora ao desempenho do outro.

Relevante apresentar que a decisão do direcionamento da produção sempre perpassa debates entre as camponesas, como mostra a figura 2, algumas camponesas decidindo sobre questões relacionadas à feira. Importante esses momentos de diálogos realizados por elas, pois o dia de trabalho coletivo não é só de plantação, mas também de trocar informações, debates, e assim, conhecendo umas as outras é possível notar quais situações cotidianas lhes tem afligido e lutar para melhora-las.

FIGURA 1

Plantação de consórcio tomate e maxixe, lote das mulheres, 2012.



Fonte: Trabalho de campo, janeiro de 2012.

FIGURA 2

Reunião das mulheres, PA 13 de Maio, 2012.



Fonte: Trabalho de campo, janeiro de 2012.

As mulheres têm sua produção direcionada a hortaliças, aipim (mandioca), leguminosas, e também plantas medicinais. A produção é voltada ao sustento familiar, maior parte para seu próprio consumo e outra a ser vendida na feira do município, seja o produto ou ele transformado, como é o caso do pé de moleque feito do aipim, e dos sabonetes medicinais da essência das plantas.

Na figura 3 é possível ver a plantação agroecológica de plantas medicinais. As mulheres responsáveis fazem parte principalmente da coordenação de saúde, o que é de grande importância também, além de ser uma forma de cuidar da saúde com plantas de acesso fácil, permite também o resgate da cultura⁸ camponesa de tratamento sem a dependência química de laboratórios.

FIGURA 3

Plantas medicinais, produção agroecológica.



Fonte: Trabalho de campo, maio de 2011.

É perceptível que a organização para trabalhar com a agroecologia foi simultaneamente construindo uma consciência crítica nas mulheres para romper com alguns padrões, como a participação nas esferas políticas, seja dentro das suas casas, na comunidade, no município, no estado agindo a partir de ações locais uma esfera nacional.

4. Organização do grupo de mulheres: emancipação ou construção de uma consciência crítica?

O trabalho da mulher está ligado ao desenvolvimento da consciência de refletir a realidade objetiva e questionar a realidade apresentada ideologicamente. Apresentam-se as contradições do sistema, ao passo que é posto a fragilidade e dependência da mulher, excluindo-a da esfera de produção, seu trabalho não-pago é apropriado pela sociedade como forma de baratear os custos da reprodução da vida, inserida em múltiplas esferas de exploração. Nesse sentido,

⁸ No sentido que a cultura camponesa volta a se estabelecer no espaço devido às novas relações sociais. No caso do latifúndio destinado ao monocultivo da cana-de-açúcar não se tem a mesma relação com a terra que o camponês irá ter.

Não existe a força de trabalho sem a existência do trabalhador(a), o(a) qual foi gerado(a) e mantido(a) por uma mulher. Portanto, a venda da força de trabalho do proletariado(a) é garantida pelas atividades domésticas realizadas, na grande maioria das vezes, pela mulher (NOGUEIRA, 2006, p. 200).

Para Engels (1997, p. 80), na sociedade de classes “na maioria dos casos é o homem quem tem que ganhar os meios de vida, alimentar a família, pelo menos nas classes possuidoras; e isso lhe dá uma posição dominadora”. Embora esse seja o papel do homem pregado pela ideologia capitalista, na prática a mulher se sente responsável pela alimentação familiar.

Esse sentimento levou as mulheres camponesas a ações que possibilitassem tanto a realização da sua família, quanto de questionamento com os padrões dominantes, de relações sociais, na especificidade do PA 13 de Maio, se expressa pelo modelo de produção e pela concentração da terra. Lênin (1956, p. 31) destaca que “onde se mantém a propriedade privada da terra, das fábricas e das oficinas, onde se mantém o poder do capital, continua inalterada a situação privilegiada dos homens”.

A organização das mulheres do PA 13 de Maio e sua luta política têm representado ganhos para a produção camponesa do assentamento ao mesmo tempo em que significam também o aumento da carga de trabalho dessas mulheres. Nesse sentido, ao passo em que elas lutam por soberania alimentar, pelo direito de viver da/na terra, elas ampliam sua jornada de trabalho, assegurando inclusive a produção de alimentos mais saudáveis para uma parcela da população de poder aquisitivo maior.

Essa realidade denota por outro lado que o direito de produzir, consumir e exercer autonomia, sem ser explorado não caminham juntos no sistema capitalista. A autonomia necessária, a liberdade do fazer sem está subjugado a lógica capitalista só é possível em outro modelo de sociedade, àquela pensada a partir dos interesses da classe trabalhadora. Assim, no trabalho do grupo de mulheres camponesas há uma emancipação individual quando as mulheres se descobrem como protagonistas da história, entretanto não é possível de fato emancipar-se sem a ruptura desse sistema.

5. Bibliografia

- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo [2]; a experiência vivida**. Tradução Sérgio Milliet, Lisboa, Bertrand Editora, 2008.
- BURBACH, Roger; FLYNN, Patricia. **Agroindústria nas Américas**. Tradução: Waltensir Dutra, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1982.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: Enfoque científico e estratégico**. Porto Alegre: EMATER/RS, 14/05/2002.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: Enfoque científico e estratégico**. Porto Alegre: EMATER/RS, 14/05/2002.
- CASTAÑEDA, Nora; ASCANIO, Consuelo; CAROSIO, Alba; ALVA, María Elena. **Aproximación Conceptual sobre trabajo productivo, en el marco de la economía social, la igualdad y equidad de género: informe de investigación**. Gobierno Bolivariano de Venezuela, Caracas, 2009.
- DEMARAIS, Annette Aureliá. **La via campesina: la globalización y el poder del campesinado**. Madrid: Editora Popular, 2007.
- ENGELS, Friedrich. **A Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 14° Ed, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1997.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Tradução: Fátima Murad. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.
- LÊNIN, V. I. **O socialismo e a emancipação da mulher**. Vol. VII, Editorial Vitória Limitada, Rio de Janeiro, 1956.

- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Tradução: Luis Claudio de Castro e Costa. Martins Fontes. São Paulo, 2002.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing**. 1 ed. Expressão Popular. São Paulo, 2006.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. Editora Ática S.A. São Paulo, 1993.
- ROCHA, Ana. O significado do trabalho e a emancipação da mulher. **Revista Mátria**, Brasília, CNTE, 8 de março de 2010.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**; prefácio |de| Antônio Cândido de Mello e Souza. Vozes. Petrópolis, 1976.
- SOUSA, Fátima Cruz. Las desigualdades de género en el trabajo dentro de las fincas agrarias familiares. **Revista Soberanía alimentaria, biodiversidad y culturas**. Número 2, Julho de 2010.
- THOMAZ JR, Antonio. **Agronegócio Alcoolizado e Culturas em Expansão no Pontal do Paranapanema! Legitimação das Terras Devolutas/Improdutivas e Neutralização dos Movimentos Sociais**. s/d. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/ceget/GeografiadoBrasil/AgronegocioAlcoolizado.pdf>, acessado dia 11/06/2013.
- THOMAZ JR, Antonio. **Desenvolvimento Destrutivo das Forças Produtivas e a Nova Geografia da Produção de Alimentos**. 2012. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/thomaz/Geografia%20doTrabalho%202012/Textos-Leitura/texto%202-4%20Thomaz-Destrutivo-volume%205.pdf>, acessado dia 11/06/2013.